



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALESSANDRO MOLON

## **REQUERIMENTO Nº DE 2020**

**(Do Sr. Alessandro Molon)**

Requer seja convocado o Sr. André Luiz de Almeida Mendonça, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para, em Comissão Geral, prestar esclarecimentos sobre possível vazamento de informações de operações da Polícia Federal.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no caput do art. 50 da Constituição Federal, e na forma do art. 219, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário, seja convocado o Sr. André Luiz de Almeida Mendonça, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para, em Comissão Geral, prestar esclarecimentos sobre possível vazamento de informações de operações da Polícia Federal.

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Requerimento visa a convocação do Sr. André Luiz de Almeida Mendonça, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para, em Comissão Geral prestar esclarecimentos sobre possível vazamento de informações de operações da Polícia Federal.

Conforme amplamente noticiado pela imprensa nacional, parlamentares da base de apoio ao atual governo manifestaram-se sobre





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALESSANDRO MOLON

investigações e operações sigilosas da Polícia Federal ainda a serem efetuadas.

Vale recordar que no dia 24 de abril de 2020, o então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Sergio Moro, anunciou seu pedido de exoneração do referido cargo alegando que o Presidente da República buscava interferir na atuação da Polícia Federal de forma ilegal e, para tanto, exonerou o então Diretor Geral da Polícia Federal, sem a sua concordância.

Ressalte-se que a exoneração do Diretor Geral da Polícia Federal foi publicada, inicialmente, com a assinatura do então ministro, que negou ter subscrito o ato. Em edição extraordinária do Diário Oficial da União, o ato foi retificado, retirando-se a subscrição do então ministro.

Para o cargo de Diretor Geral da Polícia Federal, foi nomeado o Sr. Alexandre Ramagem. No entanto, esta nomeação foi suspensa pelo STF, por possível desvio de finalidade do ato, em inobservância aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e do interesse público.

Com a nomeação do Sr. Alexandre Ramagem suspensa, foi nomeado para o cargo de Diretor Geral da Polícia Federal o Sr. Rolando Alexandre de Souza que, como 1º ato de gestão, trocou a chefia da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, cargo que o seria de interesse pessoal e ilegal do Presidente da República, conforme denunciado pelo Sr. Sergio Moro.

As denúncias feitas pelo Sr. Sergio Moro, enquanto Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, estão sendo apuradas em processo no STF.

No decorrer dessas apurações, o STF autorizou a divulgação do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril de 2020 em que o Presidente da República claramente fala que quer ter informações de forma ilegal por parte da Polícia Federal, bem como que irá trocar o Diretor Geral da Polícia Federal para atender a interesses pessoais, visando proteger sua família e amigos.



\* C D 2 0 4 2 5 3 3 0 5 9 3 0 0 \*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL ALESSANDRO MOLON

Assim, resta clara uma fortíssima suspeita sobre a atual condução da Polícia Federal, reforçada ainda mais com o pronunciamento de parlamentares a respeito de operações sigilosas a serem efetuadas. O conhecimento de tais fatos por parlamentares configura interferência indevida na Polícia Federal e o aparelhamento deste órgão de Estado e, portanto, necessita ser esclarecido com urgência.

Pelo acima exposto, solicito apoio dos demais parlamentares para a aprovação deste requerimento de convocação do Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Plenário Ulysses Guimarães, de maio de 2020.

**Alessandro Molon**

Líder do PSB

